

## Do porquê se defender as humanidades e se opor à tirania, segundo Leonardo Bruni

Fabrina Magalhães Pinto<sup>1</sup>

Submetido em: 13/07/2019

Aceito em: 31/07/2019

Publicado em: 08/10/2019

### **Resumo**

Diante de um franco ataque às instituições culturais e educacionais, particularmente nas áreas de humanidades, realizado pelo presente governo, este artigo constrói uma resposta efetiva para a justificação de tais estudos e pesquisas embasado em um autor de seis séculos atrás. As obras do humanista e historiador Leonardo Bruni refletem o sumo do pensamento do *Quattrocento* que, na esteira do Renascimento, conformaria o Ocidente moderno. Destacam-se valores de virtude, liberdade, cidadania e participação cívica, com os quais a educação e o aprendizado estão diretamente relacionados. Bruni é, antes de tudo, um pioneiro na crítica à tirania, à arbitrariedade e ao governo pela força. O embasamento de seus argumentos se faz na perspectiva de que os humanos são capazes de governar a si mesmos e não dependem de um líder isolado.

### **Abstract**

Faced with a clear attack to the cultural and educational institutions held by the present government, particularly in the humanities areas, this paper argues for an effective response in order to justify such studies and researches based on an author from six centuries ago. The works of the humanist and historian Leonardo Bruni reflect the meaning of the Quattrocento thought which, in the wake of the Renaissance, forged the modern West civilization. Values such as virtue, liberty, citizenship and civic

---

<sup>1</sup> Professora Associada de História da Universidade Federal Fluminense – UFF/PUCG.

participation stand out in a close relationship with education and learning. Bruni is, first of all, a pioneer in the criticism of tyranny, arbitrariness and all kind of government maintained by force. The basis of his main arguments is built in the perspective that humans are capable of governing themselves and do not need an isolated leader.

Há poucas semanas, um *tweet* do presidente repercutiu no mundo inteiro em poucas horas. Bolsonaro anunciava que apoiava a transferência de recursos das faculdades de filosofia e sociologia para as de “veterinária, engenharia e medicina”, visando favorecer um “retorno imediato para o contribuinte”. De acordo com o seu ministro da educação, “o papel do governo é o de respeitar o dinheiro dos contribuintes” e de “ensinar a ler, a escrever e a contar”, pois mais importante seria gerar um trabalho rentável. Confirmando a guerra do presidente à “inútil” cultura humanística, no dia 30 de maio de 2019, o mesmo governo anunciou pela manhã o corte de 30% dos recursos destinados às áreas de Humanas das universidades públicas, sendo os cursos de filosofia e ciências sociais os afetados mais diretamente por tal decreto. Horas depois fomos surpreendidos com a declaração do secretário nacional de ensino superior do MEC de que não apenas os cursos de Humanas seriam afetados, mas que todas as universidades públicas federais seriam alvo do corte em seus recursos. Recursos estes imprescindíveis para manutenção das atividades, como bolsas e auxílios a estudantes, energia, água, luz, obras de manutenção, pagamento de serviços terceirizados de limpeza, segurança, entre outros. Seguindo esta mesma estratégia, no dia 02 de maio os Institutos Federais do Rio de Janeiro também sofreram corte de aproximadamente 32,6% em seu orçamento. O que tal governo não leva em conta é que não se combate a corrupção abolindo os estudos humanísticos tendo a ilusão de que apenas o dinheiro pode orientar a humanidade. O culto ao capital e o desprezo pelos saberes considerados “inúteis” (como a literatura, a filosofia, a arte de modo geral e a pesquisa) põem fim a toda forma de

virtude e solidariedade humana, além de, obviamente, esvaziar o espírito crítico e ético de vida em sociedade.

A perseguição ideológica que vem sendo realizada às humanidades na atualidade nos remete ao contexto oposto, sobretudo ao início do Renascimento italiano, momento de revalorização dos textos clássicos e, principalmente, dos saberes filosóficos, históricos, retóricos e morais dos antigos. Com Boccaccio, Petrarca, Coluccio Salutati, Leonardo Bruni, Poggio Bracciolini, entre tantos outros, o amor aos antigos inspirou a construção da cidade de Florença nos moldes que lhe tornaram famosa em todo mundo. Com os três últimos, todos chanceleres da república florentina, vemos os saberes de Aristóteles e Cícero servirem de exemplo para a retomada republicana e a constituição de uma cidade independente, baseada no governo de muitos, e oposta à tirania. Assim, o homem, pensado como animal político, era constituído de tal maneira que sua natureza só se completava em uma *vita activa*: praticada em um *vivere civile*, sendo a liberdade a capacidade de libertar-se das restrições à prática de tal vida<sup>2</sup>. A expressão mais radical dessa visão encontra-se na *Oração para Nanni Strozzi* (1428), de Leonardo Bruni, onde o então futuro chanceler da república afirma que a constituição florentina oferece a todos oportunidades iguais de participação no governo da cidade.

Desfrutamos de uma forma de governar a república direcionada à liberdade e igualdade máximas de todos os cidadãos: e por ser igualitária em tudo, é chamada de popular. Temos horror a qualquer um que se faça de senhor, e não servimos ao poder de poucos. A liberdade é igual para todos, todos obedecendo apenas às leis, livres de temor a qualquer pessoa. A esperança de alcançar honras e se elevar é igual para todos, mas apenas se houver empenho, inteligência e um plano de vida probo e sério. Virtude e probidade são exigidas dos cidadãos por nossa cidade. Aquele que as tiver, a cidade

---

<sup>2</sup> POCOCK, J.G.A. **The machiavellian movement – Florentine political thought and the Atlantic republican tradition**. Princeton University Press, 1975, p. 40-41.

toma como suficientemente nobre para governar a república. (*Oratio*. Tradução nossa<sup>3</sup>)

A querela entre antigos e modernos foi travada nos séculos XVII e XVIII e esta desvalorização dos antigos já fora feita antes. Por que retomáramos esta discussão uma vez mais? Por que achar hoje que tais conhecimentos se tornaram obsoletos? Não se tornaram. E, por isso, o retorno à tradição humanista se faz tão premente. A própria definição formulada por Paul Oskar Kristeller<sup>4</sup> de *humanista* é importante: aquele que se volta para o ensino dos *studia humanitatis* (*retórica, história, filosofia moral, poesia e gramática*), ou seja, para as mesmas disciplinas que hoje são descartadas por nossos representantes políticos. Por mais que discordemos deste autor, pois pensamos esse conceito de forma mais ampla (para que possamos incluir aí também aqueles que se dedicam a tais artes, porém não as ensinam), pensar o humanismo e as artes que o envolvem nos ajudaria a entender melhor os absurdos cometidos na atualidade.

Não se trata, portanto, de uma mera arqueologia de textos do passado – ainda que a arqueologia seja e deva ser profundamente respeitada em todos os seus aspectos –, mas trata-se da compreensão de como e por que uma sociedade desenvolve valores que a levam a determinados lugares. Durante todo o curso da modernidade, não houve um período sequer em que as humanidades fossem combatidas com tamanha veemência e desconhecimento de causa como agora. Afinal, por que um veterinário salvaria a vida de um animal se não sabe os motivos que lhe conferem valor? Qual seria a causa de um engenheiro construir uma ponte

---

<sup>3</sup> A tradução das obras políticas de Bruni – *Laudatio florentinae urbs, De militia, Oratio a Nanni Strozzi e a Constitutio* – está sendo realizada por mim e por Alexander de Carvalho a partir da edição latim-italiano de Paolo Viti, in: **Leonardo Bruni, Opere letterarie e politiche**, Paolo Viti (dir.). Torino: UTET, 1996. A tradução da *Laudatio* foi publicada pela Revista Morus, em 2016. Ver: Tradução, revisão e notas do Elogio da cidade de Florença por Alexander de Carvalho e Fabrina M. Pinto, in: **Revista Morus: Utopia e Renascimento**, v. 11, n. 2, 2016. Dossiê traduções brasileiras de obras do Renascimento (Parte II). Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/292>.

<sup>4</sup> KRISTELLER, P. O. **Tradição clássica e pensamento do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 1995.

sem o cuidado ético no processo ou nos impactos sociais dela resultados? E, desde Max Weber, sabemos que a medicina é a mais humana das ciências naturais, uma vez que supõe que a vida e a qualidade de vida são metas que valem a pena buscar. Não vai aqui uma defesa das humanidades em relação às ciências naturais aplicadas; isso, os cientistas naturais já fazem com enorme perspicácia. Sem uma reflexão crítica sobre o que se está fazendo – cuidando de gatos, pontes ou rins –, não se vai muito além de um fim em si mesmo, que é socialmente nulo. O fato é que essa clareza com relação às humanidades, separadamente da teologia, emergiu no contexto italiano do qual estamos tratando e, nele, Bruni é a figura de grande destaque.

Os trabalhos políticos desse humanista, historiador e chanceler da república de Florença nos ajudam a refletir sobre conceitos como os de liberdade, virtude e participação política muito antes de Maquiavel. Até que ponto hoje temos liberdade, ou o que ela significa na vida ordinária? Até que ponto usamos o nosso direito de participar da vida política, ou deveríamos falar em dever de participar? Por que a virtude deixou de fazer parte da vida política, como querem nos fazer acreditar muitos atualmente? Por que um governo de muitos é melhor do que um governo de poucos? Por que a república é uma forma de governo melhor que a tirania? Em suma, por que a filosofia deixou de ser útil para se tornar inútil? Enfim, é sobre algumas dessas reflexões realizadas no *Quattrocento* italiano por esse chanceler que trata este artigo.

## Leonardo Bruni<sup>5</sup>

Leonardo Bruni, o aretino, foi humanista, chanceler e historiador da república de Florença em inícios do século XV. Integrando o círculo de humanistas do chanceler Coluccio Salutati, aprende o grego com Emanuel Crisoloras. Como aponta James Hankins<sup>6</sup>, suas traduções da *Ética a Nicômaco* e da *Política*, de Aristóteles (respectivamente 1416-1417 e 1438), bem como de alguns textos platônicos, ganharam extraordinária fortuna. É importante ressaltar que uma das ações mais importantes desses humanistas foi justamente encontrar os textos clássicos em sua versão completa e traduzi-los integralmente, sem os cortes e enxertos comuns ao período medieval. Contudo, Bruni se torna, de fato, um pensador político relevante na Renascença com a escrita de panegíricos como o *Elogio da cidade de Florença* e a *Oração a Nanni Strozzi*, de obras como o *Da Milícia*, de seu tratado em grego intitulado *A Constituição florentina* (1439), e de sua *História do povo florentino* (*Historia florentini Populi*)<sup>7</sup>.

Em 1416, foi concedida a Bruni a cidadania florentina, tornando-se, pela primeira vez, elegível para os altos cargos políticos na cidade. Assim, em 1427, Bruni foi eleito chanceler de Florença, emprego que manteve até o

---

<sup>5</sup> Tendo sido um importante historiador na modernidade, os estudos sobre Bruni ganharam fôlego no século XX com Hans Baron, em seu *The crisis of the early Italian Renaissance*, e sua tese de que o aretino teria sido o primeiro “humanista cívico” dentro da moderna tradição republicana. Interpretações que seguem este caminho são muitas e de grande relevância para a compreensão de uma “matriz republicana”: tais como as de Eugenio Garin, J. G. A. Pocock, Vasoli, Viroli, entre tantos outros. No Brasil, também já são muitas as pesquisas que se detêm sobre o tema do republicanismo: como as de Newton Bignotto, Sergio Cardoso, Heloisa Starling, Helton Adverse, Luís Falcão, Alberto Barros, Gabriel Pancera, Flávia Benevenuto, José Antônio Martins, Ricardo Silva e tantos outros, mostrando ser este um campo bastante profícuo e ainda repleto de novas possibilidades interpretativas.

<sup>6</sup> HANKINS, James. Humanism and platonism in the Italian Renaissance, 1º vol., *Humanism*, Roma 2003, pp. 9-18.

<sup>7</sup> Retornando à cidade entre fins de 1414 a inícios de 1415, Bruni pôs-se a escrever uma História da república florentina. O primeiro volume aparece no ano seguinte, 1416, e os demais escalonam-se ao longo de três décadas, com “nove deles já formalmente apresentados à *signoria* de Florença em 1439” (WILCOX, D. J. *The development of Florentine humanist historiography in the Fifteenth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 1969, p. 3), e ainda inacabado o décimo segundo quando de sua morte em 1444.

final de sua vida, em 1444. Em outras palavras, Bruni era – como seu modelo ideal, Cícero – um homem de letras e um homem político. Juntamente ao cargo de chanceler, ele se dedicou também à escrita da História da cidade, obra em que o autor busca persuadir as elites políticas tanto da importância de se buscar uma conduta virtuosa e preservar o poder da *res publica*, quanto expandi-la na região da Toscana<sup>8</sup>. Estudiosos como James Hankins<sup>9</sup> concordam que a contribuição mais importante de Bruni para o pensamento político é justamente a sua *Historia florentini populi*, sendo este texto geralmente negligenciado pelos estudiosos da história das ideias. Hankins sublinha também que este trabalho nos revela até que ponto Bruni se distanciou dos preceitos de Aristóteles, pois:

Tanto Aristóteles (Política, VII, 2) quanto Platão (Leis, I, 628b), por exemplo, criticam as constituições cujo propósito é a formação de um império; ambos concordam que constituições semelhantes são confundidas e viciadas por uma preferência errônea pela vida ativa sobre a vida contemplativa e pela busca de honras em vez do desejo de levar uma vida equilibrada de acordo com os cânones sugeridos pela razão<sup>10</sup>.

Para o autor, tem-se ainda outros dois pontos que comprovam o afastamento de Bruni em relação a Aristóteles: 1) Na preferência explícita que o primeiro atribui ao povo (entendido como uma expressão da classe média) em relação aos plebeus e aos magnatas – de fato, desde o início até o final de *Historia*, Bruni se revela um sincero partidário do povo; e 2) Aristóteles acredita que é muito mais fácil encontrar virtude entre pessoas

---

<sup>8</sup> Como destaca Laurence Bernard-Pradelle, Bruni manifesta claramente no conjunto da sua obra suas pretensões de torna-se um *vir bonus*, um homem eficiente na defesa dos interesses da sua cidade, evocando o sentimento de dever cívico para com a república. Assim, podemos afirmar que a obra bruniana – seja literária, filosófica ou historiográfica – concretiza a união entre retórica e política preconizada nos tratados pedagógicos antigos. Ver: BERNARD-PRADELLE. **Leonardo Bruni. Histoire, éloquence et poésie à Florence au début du Quattrocento**. Textes choisis, édites et traduits par Laurence Bernard-Pradelle. Paris: Honoré Champion, 2008.

<sup>9</sup> HANKINS, J. “Coluccio Salutati e Leonardo Bruni”, in: **Il contributo italiano alla storia del pensiero**, ed. Michele Ciliberto. Roma: Treccani, 2012, pp. 85-94.

<sup>10</sup> HANKINS, *op. cit.*, p. 89.

ricas de linhagem nobre. Bruni, por outro lado, afirma que a virtude não ocorre predominantemente entre as classes superiores, e argumenta, antes, que ela é distribuída de maneira bastante equilibrada entre todos os componentes da escala social. Ele não hesita, por exemplo, em elogiar a virtude de Michele di Lando em uma das revoltas populares mais importantes da história florentina – a revolta dos Ciompi – embora seja ele um homem da plebe<sup>11</sup>. Além disso, insiste Hankins<sup>12</sup>, Bruni abstém-se de condenar explicitamente a conduta vergonhosa da maioria da nobreza.

O problema aqui, e por isso discordamos de Hankins, é que em Aristóteles a distribuição das virtudes é aleatória e relativamente homogênea entre os seres humanos<sup>13</sup>. Outro ponto de discordância que podemos elencar é que, segundo este analista, a *Historia* bruniana promoveria fortemente a glória e a expansão do território como objetivos nobres a serem alcançados, sendo o seu humanismo cívico muito menos voltado para a promoção de uma conduta virtuosa, que é a desejada pelos filósofos greco-latinos, e muito mais interessada em encontrar soluções práticas para os problemas da ordem política e moral que ameaçam o bem estar do estado. Assim, diante dos reais problemas históricos de Florença, o aretino, enquanto chanceler da república, seria obrigado a assumir atitudes alheias aos historiadores antigos (como Tucídides, Tito Lívio, Salústio e Tácito). Dentro do quadro teórico do humanismo cívico e, em particular, em Bruni, a preponderância do povo como um conceito isolado e virtuoso não implica necessariamente a rejeição de um estado expansionista, justamente pelo fato de que estão tendo Roma como referência e não a Grécia clássica. Aliás, o tema da expansão, típico do republicanismo romano, não é em si mesmo contraditório com as bases teóricas da

---

<sup>11</sup> Utilizaremos neste artigo a tradução da *Historia* realizada por James Hankins. BRUNI, Leonardo. **History of the Florentine people**. Edited and translated by James Hankins. Cambridge: I Tatti Renaissance Library / Harvard University Press, 3 v. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2001-2007. Sobre a revolta dos Ciompi, ver: *Historia*, IX, 7-10.

<sup>12</sup> HANKINS, *op. cit.*, 2012, p. 91.

<sup>13</sup> ARISTÓTELES. **Política**, 1288 a. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UNB, 1985.



distribuição das virtudes em Aristóteles. Para o estagirita, a virtude é distribuída de modo aleatório entre os homens, com relativa homogeneidade e sem implicar quaisquer critérios de riqueza, ascendência sanguínea, etnia ou posição político-social da família.

Tendo em vista esses questionamentos, examinaremos com mais vagar como algumas dessas temáticas – fundação, expansão e virtude – aparecem no livro I da *Historia* bruniana. Logo no começo da obra, o humanista segue de perto Cícero e Salústio para aprofundar a sua narrativa sobre os primeiros acontecimentos florentinos, ressaltando justamente alguns valores morais e virtuosos que não faziam parte dos primeiros fundadores silanos. Então, sobretudo se compararmos a *Laudatio (Elogio da cidade de Florença)*<sup>14</sup> com a *Historia*, vemos um aprofundamento do estudo em relação aos textos clássicos e sua conjugação com o saber histórico, diferentemente do que Hankins aponta. Em ambos os textos, a exaltação da liberdade republicana frente às ameaças tirânicas de César é um ponto forte. A liberdade presente no governo de muitos não pode ser substituída por sua ausência num governo tirânico que põe fim à república, seja a romana, seja a florentina.

Diz Bruni em sua *Laudatio florentinae urbs*:

De primeira importância é: os florentinos têm sua origem no povo romano! Que outra nação no mundo inteiro foi mais ilustre, mais poderosa, que mais se destacou em todas as virtudes que a romana? [...] De fato, se buscas nobreza entre os fundadores, não encontrarás ninguém mais nobre no mundo inteiro que o povo Romano. Se procuras riqueza, ninguém mais rico; se procuras grandeza e magnificência, ninguém mais excelente nem mais glorioso; se procuras extensão de domínio, nada do lado de cá do oceano deixou de se curvar às armas e ao

---

<sup>14</sup> Como dissemos antes, a tradução latim-português da *Laudatio*, organizada por mim e Alexander de Carvalho, foi publicada pela Revista Morus, em 2016. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/292s>. Dito isso, todas as referências e citações do texto serão retiradas desta versão.

poder de Roma. Desse modo, florentinos, a vós pertence por hereditariedade o direito de domínio sobre todo o orbe terrestre e a posse de tudo que outrora fora de vossos pais<sup>15</sup>.

Florença foi fundada, portanto, antes que César ou Antônio viessem a acabar com a liberdade (caps. 33-35); passando a relatar na sequência todos os males que os tiranos fizeram à república. Assim, toda a História de Florença, desde sua origem a inícios do século XV, pôde ser representada por Bruni sob o signo da *libertas reipublicae*, no qual esta cidade é a única defensora de tais valores desde tempos imemoriais. Antecipando uma linha historiográfica desenvolvida, mais tarde, em sua *Historia*, o humanista segue o argumento do destino republicano da cidade, reconhecendo em sua tradição “guelfa” o testemunho da sua fidelidade às origens<sup>16</sup>. Associada a essa ideia, há aqui uma clara condenação a César e a grandiosa decadência do período imperial de Roma, pautada na servidão e na tirania.

E assim o foi: esta esplendíssima colônia romana foi estabelecida no exato período em que o domínio do povo romano florescia grandemente e quando poderosos reis e nações guerreiras estavam sendo conquistados pelos exércitos de Roma e por sua virtude. Cartago, Numância, Corinto se puseram a seus pés. Todas as terras e mares reconheceram a regência de seu povo. E esses mesmos romanos não sofreram nenhum mal advindo de qualquer de seus inimigos. E ainda nenhum César ou Antônio ou Tibério ou Nero, peste e ruína para a República,

---

<sup>15</sup> BRUNI, **Laudatio**, cap. 31. Associado ao tom político e propagandístico da *Laudatio*, está o fato de que, se Florença tem pleno direito à hereditariedade romana, ela também teria o mesmo direito à expansão e conquista de outras cidades; sendo assim, todas as guerras seriam justas porque defenderiam a causa republicana e a reconquista dos territórios perdidos no passado medieval. A escolha de Bruni em alterar o argumento da fundação da cidade o permite justificar, ao mesmo tempo, a guerra contra o papa e contra Giangaleazzo Visconti. Ver: VASOLI, C. “Considerazioni sulla *Laudatio Urbis Florentinae* di Leonardo Bruni”, in: **Estrato dall’Annuario 1961-1962 del Liceo Ginnasio Statale F. Petrarca di Arezzo**, MISC. XXXV I. Firenze: Istituto Nazionale di Studi sul Rinascimento, 1961-1962, p. 12.

<sup>16</sup> VASOLI, *op. cit.*, 1961-1962, p. 12.

conseguiu acabar com a liberdade. Ela, ao contrário, mantinha-se sacra e firme, quando logo depois da fundação da colônia de Florença foi roubada pelos mais vis ladrões. Por essa razão creio que algo foi verdade e é verdade para esta cidade mais que para qualquer outra: os homens de Florença amam sobretudo a liberdade e são grandes inimigos dos tiranos. Então, acredito que desde sua fundação até hoje Florença tenha desenvolvido um imenso ódio aos invasores do Império Romano e aos destruidores da República Romana. Se qualquer traço mesmo dos nomes dos corruptores de Roma sobreviveu até o presente, eles são odiados e desdenhados em Florença<sup>17</sup>.

Não se pode deixar de ressaltar que esta questão sobre a origem romana do povo florentino é, diga-se de passagem, bastante original tanto em relação ao modelo grego do *Panatenaico*, de Elio Aristides<sup>18</sup>, quanto em relação aos elogios medievais. Aqui Bruni retoma a discussão já iniciada por Salutati, em sua *Invectiva*<sup>19</sup>. Essa temática passa a ser um objeto constante do republicanismo florentino – sendo visível no *Diálogo a Pier Paulo Vergerio*<sup>20</sup> e na *História do povo florentino* de Bruni, e que retorna

---

<sup>17</sup> BRUNI, **Laudatio**, cap. 34. Sobre a defesa da liberdade republicana em Florença, ver (BARON, H. **The crisis of the Early Italian Renaissance**, Princeton: Princeton University Press, 1955, pp. 11-37). Partindo deste argumento inovador sobre a fundação da cidade, Bruni o leva ainda mais longe e afirma que ela estaria associada ao período áureo de expansão romana, no século I, e que esta influência histórica seria de fundamental relevância na construção do caráter do povo florentino: desde sempre amante e defensor da liberdade e opositor àqueles que a destruíram, como César e todos os demais imperadores. Portanto, ao buscar esclarecer a origem da cidade, ele estabelece uma relação de causalidade entre o momento de criação – forjado na liberdade – e o momento posterior da história da cidade – onde estes princípios da liberdade e soberania deveriam ser novamente defendidos para que a tirania (antes do César e agora do duque Gian Galeazzo) mais uma vez não fosse vitoriosa. Há aqui uma clara condenação a César e à grandiosa decadência do período imperial de Roma, pautada na servidão e na tirania. Bruni vai, portanto, de encontro também à obra de Salutati, *De tyrano*, onde o chanceler defende César.

<sup>18</sup> ARISTIDES, Elio. “Panatenaico”. In: **Discursos I**. Introducción, traducción y notas de Fernando Gascó y Antonio Ramirez de Verger. Madrid: Editorial Credos, 1987, pp. 113-254.

<sup>19</sup> SALUTATI, Coluccio. “Invectiva contra Antonio Loschi de Vicenza”. In: GARIN, E (Ed.). **Prosatori latini del Quattrocento**. Torino: Einaudi, 1976, pp. 8-37.

<sup>20</sup> Para a tradução do *Diálogo a Pier Paulo Vergerio*, ver: BIGNOTTO, N. **Origens do republicanismo moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp. 257-282.

em autores como Maquiavel, Guicciardini e Giannotti. Não é demais sublinhar que este tema histórico-arqueológico apresenta uma forte conotação política e ideológica, não sendo por acaso que Brunni afirma, contra todas as outras teses e tradições, a ideia de que Florença tenha sido fundada como colônia romana ainda no tempo em que vigorava a liberdade republicana, e que, portanto, apenas essa cidade toscana poderia possuir a legítima tradição romana e, além disso, manter o mesmo status político de cidadania desfrutada pelos habitantes de Roma.

### ***A questão da fundação na “História do povo florentino”***

Ao início da sua *História do povo florentino*, escrita durante quase trinta anos, o humanista, logo após o proêmio, inicia o texto com uma menção “a dois importantíssimos autores latinos”, Cícero e Salústio, segundo ele, “as fontes mais confiáveis de onde recebemos notícias sobre a presença dos soldados de Sila em Fiesole”<sup>21</sup>. Além de ressaltar a construção de novos prédios na região, importantes para a fundação da cidade, destaca-se também o esplendor de Florença desde os seus primeiros tempos. Segundo Brunni, existem ainda na cidade algumas reminiscências históricas desse período no *Quattrocento*, tais como a presença de aqueduto, teatros romanos, casas privadas, banho público e um templo antes dedicado a Marte, os quais comprovam historicamente a passagem romana pela região<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Livro I, 3. Neste artigo seguimos a edição bilingue latim-inglês da *História do povo florentino* organizada em três volumes por James Hankins. Ver: **History of the Florentine people**. Edited and translated by James Hankins. Cambridge: I Tatti Renaissance Library / Harvard University Press, 3 v. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2001-2007.

<sup>22</sup> Com dissemos antes, também na *Laudatio* Brunni marcou historicamente a fundação da cidade no período áureo da república romana, após as grandes vitórias sobre Cartago, Numância e Corinto (no século II a.C.), e, sobretudo, antes que a liberdade republicana fosse sufocada pelo regime imperial. Antes de Brunni não podemos de deixar de lembrar que Coluccio Salutati, em sua *Invectiva contra Antonio Loschi*, também ressaltara a presença destes monumentos bem como a herança romana da república florentina. Ver: SALUTATI, Coluccio. “Invectiva contra Antonio Loschi de Vicenza” In: GARIN, E (Ed.). **Prosatori latini del Quattrocento**. Torino: Einaudi, 1976, pp. 8-37.

No livro I da *História*, a exaltação da liberdade republicana e a condenação do regime imperial como decadência política, moral e intelectual permanecem quase inalterados, mas o período de Sila já não é mais apresentado como um período áureo da história romana. Em pouco mais de uma década (tendo em vista que o livro I da *História* é finalizado em 1415), Bruni pode tanto ter ampliado o seu conhecimento histórico, maturado a sua reflexão, quanto, sobretudo, ter eliminado alguns exageros retóricos presentes na *Laudatio*, perfeitamente condizentes com o gênero literário do elogio, onde é possível amplificar ou mesmo omitir fatos históricos<sup>23</sup>. Concordamos aqui com a hipótese desenvolvida por Antonio La Penna<sup>24</sup> de que o olhar bastante favorável ao período silano presente na *Laudatio* foi atenuado ou mesmo eliminado na *História* após uma leitura mais atenta de Salústio, o historiador latino que, bem no início da sua *Conjuração de Catilina* (escrita entre 43 e 41 a.C.<sup>25</sup>), coloca como marco para a decadência política e moral de Roma justamente a destruição de Cartago.

Ora, quando a república pelo trabalho e pela justiça prosperou, grandes reis foram submetidos pela guerra, nações bárbaras e grandes povos subjugados pela força, Cartago, concorrente do povo romano, destruída desde os seus fundamentos; quando todos os mares e terras se abriam, eis a fortuna a se por em cólera e a tudo se confundir. Aqueles que tinham, sem dificuldade, suportado fadigas, riscos e situações críticas e penosas,

---

<sup>23</sup> Mas, ainda assim Bruni declara as suas intenções na *Laudatio*: “Se eu disser neste discurso algo falso, interesseiro ou impudente, de bom grado me submeto à hostilidade e inimizade de meus ouvintes. Mas se o que eu disser for verdade e se o expressar com acertada moderação, meus ouvintes não têm porque ficar zangados comigo. Que permuta poderia ser mais justa do que esta? Quem seria tão perverso e maligno que se zangasse comigo se tudo que intento fazer é prover a cidade de Florença de um panegírico apropriado e verídico”. (BRUNI, *Laud.*, *op. cit.*, caps. 48 e 49).

<sup>24</sup> LA PENNA, Antonio. “Il significato di Sallustio nella storiografia e nel pensiero politico di Leonardo Bruni”, in: **Sallustio e la “rivoluzione” romana**. Milano: Feltrinelli Editore, 1968, p. 410.

<sup>25</sup> A *Conjuração de Catilina* parece ter sido escrita entre 43 e 41 a.C., quando os principais atores envolvidos no processo – Crasso, Pompeu, Catão de Útica, César, Cícero e o próprio Catilina – estavam mortos.

a esses a paz, as riquezas, coisas por sinal desejáveis, lhes serviram de peso e aflição. Cresceu, primeiro, a ambição do dinheiro, depois a do poder; elas foram a centelha de todos os males.

E continua na mesma passagem:

[...] Esses vícios cresceram, no começo, devagar, às vezes foram reprimidos; depois, quando o contágio se alastrou como uma peste, a cidade se transformou, o mais justo e melhor dos governos se tornou o mais insuportável e cruel<sup>26</sup>.

O general Sila, investido pelo poder e pelas armas, teria então acelerado este processo, marcando o triunfo da avidez e ferocidade, “pois puseram-se todos a roubar e a pilhar, uns a cobiçar a casa, outros as terras de seus inimigos [...]. Foi aí que pela primeira vez o exército romano se pôs a amar e a beber [...], a nada respeitar, nem o sagrado nem o profano<sup>27</sup>”. Assim, uma leitura mais atenta de Cícero<sup>28</sup> e de Salústio mostrava os soldados silanos, os pretensos fundadores de Florença, como ótimos cidadãos e corajosos soldados em sua origem, mas, depois que enriqueceram com o espólio no exército, acostumaram-se ao luxo e ao desperdício e, por isso, viviam carregados de dívidas. Esses colonos arruinados seriam matéria inflamável para a conjuração de Catilina. Como se poderia nesse contexto

---

<sup>26</sup> SALÚSTIO, *Conjuração de Catilina*, *op. cit.*, cap. 10.

<sup>27</sup> *Cat.*, 11.

<sup>28</sup> CÍCERO. *As Catilinárias*, (II, 9, 20). Lisboa: Editorial Verbo, 1974. “São estes os homens que vêm das colônias que Sila fundou e que eu reconheço serem todas compostas pelos melhores cidadãos e pelos mais valentes varões. Mas são esses, contudo, os colonos que, no meio de riquezas inesperadas e repentinas, deram largas a um luxo desmedido e a uma insólita arrogância. Estes, ao construírem casas como os ricos, ao colocarem o seu prazer em quintas escolhidas, na grande quantidade de escravos, nos suntuosos banquetes, caíram em tamanhas dívidas que, se pretenderem livrar-se dessa situação terão de fazer ressuscitar Sila dos infernos; estes que instigaram vários camponeses, homens de condição humilde e necessitada, a alimentar a mesma esperança naquelas famosas rapinas de outros tempos. A estes, coloco-os eu, uns e outros, na mesma classe de salteadores e bandidos; aviso-os, porém, que se deixem de violências loucas e de pensar em proscições e ditaduras. É que foi tamanho o sofrimento daqueles tempos, gravado a fogo na população da cidade, que me parece nem os homens sem sequer os animais hão de suportar doravante tais violências”.

idealizar a *virtù* republicana? Assim, Catilina é descrito ou retratado por Salústio como o exemplo da ausência de *virtù*, em oposição direta à forma como são descritas as ações de César e Catão, os casos exemplares do autor romano.

Já Bruni, ainda no livro I, não busca encontrar justificção econômica ou política para a revolta da campanha etrusca; entretanto, atenua a condenação dos fundadores de Florença mostrando como a doença catilinária foi um mal passageiro. Mais interessante aqui é perceber como o humanista relata a suspeita sobre a participação de César na conjuração de Catilina sem excluir sua validade, como faz Salústio, mas, na verdade, quase insinuando que a acusação está certa. Diz Bruni: “A suspeita recaiu também sobre César, que se tornou, posteriormente, ditador, embora nesta época ele não tivesse nenhum cargo público, estava assolado com dívidas e sedento por uma revolução<sup>29</sup>”. Percebe-se quase uma ponta daquele anti-cesarismo republicano no qual Bruni esteve imerso em boa parte das suas obras (e como é expresso, por exemplo, no cap. 34 da *Laudatio*), sem as hesitações de Coluccio Salutati e de humanistas posteriores. O que pode ter então interessado Bruni na história de Salústio não deve ter sido tanto a narrativa da rebelião, mas a breve introdução que contém um esboço da história ético-política de Roma e, particularmente, os primeiros dois capítulos (6-7), que contêm a passagem do regime monárquico àquele republicano, e a idealização da Roma arcaica. Compreender a razão e o sentido desse interesse significa penetrar no centro e na gênese do pensamento político de Bruni.

Como nos diz Salústio, quando os colonos romanos são liberados do luxo e da cobiça estimulados por Catilina, há novamente um florescimento da virtude, tal como existira na Roma republicana<sup>30</sup>. As virtudes cultivadas

---

<sup>29</sup> **História**, livro 1, 7

<sup>30</sup> Como vemos nessas duas passagens da História, de Bruni: “Desse modo, tendo a cidade emendado seus rumos, tornou-se mais robusta e os imigrantes frequentes...” (BRUNI, **Hist.** I p. 7). “Temendo dever dinheiro, diligentemente passaram a inspecionar e usar com cautela (suas coisas), a usar de frugalidade e parcimônia, cultivar a sobriedade, disciplina com as coisas domésticas, considerando o luxo e a prodigalidade como via para perdição, isso eles mesmos

são próximas nos dois historiadores: civil e militar em Salústio, da qual a primeira depende da segunda, e, no caso de Bruni, a segunda depende da primeira. A fim de evitar uma abordagem excessivamente esquemática, é necessário ter claro que para o historiador florentino a primazia da boa organização da cidade unida à participação cívica dos cidadãos remete à excelência militar. Ainda que para os dois autores os termos não sejam fundamentalmente diferentes, o civil e o militar, o fato é que no *Quattrocento* italiano já se desenhava uma forma de convívio público no qual se pode perscrutar a liberdade do cidadão e da cidade. Nesse sentido, o militarismo não tem um fim em si nem carrega consigo uma justificativa moral para a expansão, muito menos é o ponto de ancoragem da boa ordenação republicana. Por outro lado, uma cidade que não se defende se torna presa fácil do mais fraco dos inimigos. A perspectiva de Bruni dessa dimensão militarizada da cidadania, ainda que incorra em alguma glória dos antigos, é refletida antes de mais nada na dimensão cívica e política no espaço público da cidade.

Contudo, o ponto que gostaríamos de ressaltar é ainda outro. Ao início do livro II de sua *História*, Bruni quer que admiremos o florescimento de Florença, o novo ímpeto de seu povo após a morte de Federico II e a consolidação do regime popular sob novas instituições. Acreditamos que, ao delinear esse processo ético-político, o humanista se deixa guiar pelo entusiasmo com o qual Salústio descreve o impulso do povo romano ao liberar-se do regime monárquico.

Mas naquele tempo todos começaram a levantar suas aspirações e a mostrar sua engenhosidade. De fato, aos reis são mais suspeitos os bons que os maus, e sempre inspiraram seu medo a virtude alheia. Mas, tendo conquistado a liberdade, é incrível a velocidade com que a cidade cresceu: tanto era o desejo de glória<sup>31</sup>.

---

faziam e passaram a educar assim seus filhos" (BRUNI, *Hist. I*, p. 7).

<sup>31</sup> SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina*, 7. Trad. Antonio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes, 1990. Coleção clássicos do pensamento político.



Assim na paz e na guerra se cultivarão os bons costumes... Por meio dessas duas artes, audácia na guerra, quando da paz, advinha a equidade (justiça), cuidavam de si e do estado (*res publica*)<sup>32</sup>.

Sobre o mesmo ponto diz Bruni:

A partir desses indícios, é admirável de dizer quanto cresceu a força do povo. As pessoas que pouco antes eram servis ao príncipe ou a seus apoiadores, agora, depois de terem experimentado a doçura da liberdade, voltam todas as suas forças para elevarem a si mesmos e merecer respeito entre os seus. Desse modo desenvolveram prudência e indústria doméstica, coragem e armas no estrangeiro<sup>33</sup>.

É importante destacar a concordância dos autores em um princípio fundamental: o regime tirânico e nobiliário acaba com o talento e intensifica a pobreza, enquanto que o regime republicano ou popular oferece plenas condições para o estabelecimento das virtudes<sup>34</sup>. O regime da liberdade é, antes de tudo, o regime onde a capacidade dos cidadãos pode competir, tendo em vista que nesse estado não monárquico e não aristocrático a civilidade (ou, se preferirmos, a participação cívica) floresce melhor. Naturalmente os mesmos anseios se fazem presentes no livro I, onde Bruni condena a passagem da república ao Império Romano<sup>35</sup>. A condenação do regime imperial certamente influenciou outros historiadores latinos, como Tácito, por exemplo. Contudo, é da *Conjuração a Catilina* que parte a menção bruniana que está presente em todo o seu humanismo cívico.

Se, portanto, na *Laudatio*, que segue muito proximamente os argumentos de Elio Aristides, a presença de Salústio é rara, mencionada, segundo

---

<sup>32</sup> SALÚSTIO, *op. cit.*, **Catilina 9**.

<sup>33</sup> BRUNI, **Historia**, livro 2, p. 27.

<sup>34</sup> LA PENNA, *op. cit.*, p. 412.

<sup>35</sup> BRUNI, **Historia**, livro I, 14.

Pradelle, apenas no capítulo 65<sup>36</sup>, onde o humanista destaca que tratará de todas as conquistas e glórias da cidade de Florença em obra própria, já na *História* a presença de Salústio se faz mais presente, reforçando tanto o argumento da liberdade republicana (frente às aspirações do Império) quanto a ideia de que o princípio do regime popular é superior a todos os outros porque permite aos cidadãos a possibilidade de aspirar a cargos públicos, fato este que estimula as capacidades e virtudes dos mesmos.

---

<sup>36</sup> “Posso me lembrar de muitas cidades fortificadas que foram tomadas, os troféus quase incontáveis dos povos vizinhos conquistados por esta cidade, feitos militares egrégios realizados pelo mesmo povo florentino ao sair a campo e regozijar o lançar-se à batalha. Mas agora não é a hora de descrever as muitas guerras e tantos feitos realizados. Isso requereria uma obra própria, e bem extensa, que nós, assim o espero, em algum momento comporemos, e confiaremos às letras e à memória os feitos únicos realizados pelo povo de Florença. No presente texto, referiremos apenas um ou outro exemplo, de modo que a partir deles se possa compreender quão grande foi a virtude desta cidade em todos os outros não citados” (BRUNI, *Laudatio*, *op. cit.*, cap. 65).